

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**REPENSANDO OS SOFRIMENTOS INFINITOS:
Joaquim Nabuco e a trajetória do negro**

JOVAINE NEVES FERREIRA

JOVAINE NEVES FERREIRA

**REPENSANDO OS SOFRIMENTOS INFINITOS:
Joaquim Nabuco e a trajetória do negro**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação Prof^ª. Ms. Sheille Soares de Freitas.

Uberlândia, Março de 2005

Ferreira, Jovaine Neves, (1967-)

REPENSANDO OS SOFRIMENTOS INFINITOS: Joaquim Nabuco e a trajetória do negro

56 fls

Orientadora: Prof. Ms. Sheille Soares de Freitas

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História

Inclui Bibliografia

Joaquim Nabuco, escravidão, negro

JOVAINE NEVES FERREIRA

**REPENSANDO OS SOFRIMENTOS INFINITOS:
Joaquim Nabuco e a trajetória do negro**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Sheille Soares de Freitas

Prof. Ms. Rejane dos Reis O. Rodrigues

Prof. Ivani Rosa

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Vilma, e a toda minha família: Julio, Rosane, Heitor, Ademir, Nilton e Maria Abadia. E às boas recordações que tenho de minha avó, Juvercina.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer,

Aos professores Rita de Melo e Celso Uemori, Célia Rocha e Kátia Paranhos, que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Ms. Sheille Soares de Freitas.

À Coordenação do Curso de História.

Ao João Batista.

Às digitadoras Jeane e Naama.

Aos amigos Aluísio, Maurílio e à turma da História: Benício, Flávio, Gaúcho, Vilmar, Anderson, Geraldo, Manuel, Rogério, Elmiro, Rafael, Liliane, Kênia e a todos que compartilharam comigo o tempo da graduação: professores e alunos.

Agradeço a todos que, de uma certa maneira, contribuíram para o desenvolvimento do processo de criação desta pesquisa.

Se Dante Alighieri tivesse vivido no século XVIII, colocaria o vértice dos sofrimentos inexprimíveis, o círculo íntimo de seu inferno, no porão de uma navegação negreira, num desses núcleos de suplícios infindos que apenas poderia descrever a poesia sinistra da loucura.

Rui Barbosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DO NEGRO ENQUANTO SUJEITO SOCIAL.....	4
CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE “NAÇÃO” NO SÉCULO XIX E A PRESENÇA DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	14
CONCLUSÃO.....	47
FONTES ORAIS.....	50
FONTES.....	51
BIBLIOGRAFIA.....	53
ANEXO.....	55

INTRODUÇÃO

Quando pensei em escrever sobre a realidade do negro hoje, na sociedade brasileira, me vi diante de um dilema, o de como explicar as dificuldades de ascensão social de um grupo que, em vários âmbitos, profissional e pessoal, ainda emergem a muito custo para a luz no fim do túnel a que chamamos igualdade. E, por outro lado, como me fazer entender, de modo claro, quanto às noções étnicas ao analisar minhas fontes, sendo que este tema utilizado por grandes pesquisadores¹, aos quais estudei, utilizam-se do termo *raça*?

Creio que o importante não é definir racialmente o Brasil; e esta pesquisa não se propõe a isto. Mas sim, quando o termo *raça* for utilizado neste projeto, ele será utilizado para designar o negro enquanto sujeito social no arcabouço étnico brasileiro, ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Eu, enquanto indivíduo negro, vivendo a realidade de um Brasil cheio de dificuldades, nos mais diversos setores, dentro de uma universidade de uma cidade grande como Uberlândia, senti-me compelido a mostrar as dificuldades de uma parte da população que é a dos negros e seus descendentes no atual contexto sócio-cultural brasileiro.

E para compreender até que ponto chegam e quais são as dificuldades de obtenção de trabalho, moradia e sobrevivência dos negros em nossos dias, foi preciso voltar no passado por meio da análise da minha grande fonte, que é o livro *O Abolicionismo*²,

¹ Tanto Hermano Viana, como Manolo Florentino, em artigos na Folha de São Paulo, de 27 de junho de 2004, e de 10 de outubro de 2004, não especificam os valores étnicos do termo *raça*.

² NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977.

escrito por Joaquim Nabuco.

A análise desta obra proporcionou-me um amplo entendimento sobre o desenvolvimento do Brasil no século XIX, procurando perceber os estratos sociais que não tiveram oportunidade de se constituírem enquanto pertencentes de fato à sociedade devido ao poder econômico e político estar nas mãos de uma pequena minoria elitista, além de perceber como ocorreram as lutas entre esses grupos e até que ponto a ação abolicionista contribuiu para a valorização do negro como sujeito social. Teria aí estratégias políticas em jogo, que aliaram interesses para que o Brasil escravocrata se enveredasse para a abolição. Creio que esta é a minha maior fonte, pois Joaquim Nabuco representava o pensamento de um grupo daquela época e trouxe-nos grandes contribuições para repensar a sociedade brasileira³.

No primeiro capítulo, procurei sistematizar elementos das entrevistas realizadas junto à comunidade negra com a realidade mostrada em jornais e revistas atuais⁴ que falam sobre a questão racial brasileira. Por conseguinte, estas entrevistas ajudaram a identificar aspectos da realidade do negro no Brasil, vendo como os sujeitos nas contradições da vida prática econômica nacional e participante de disputas por pertencimento a direitos, à ascensão social, a respeito enquanto cidadãos etc. Observar os limites, as perdas, as reelaborações que fazem de suas vidas e como elas interferem e como se vêem na sociedade.

No segundo capítulo deste trabalho, mostro um quadro do Brasil atado ao poder

³ As entrevistas feitas mostram por trás da trajetória de vida destas pessoas algo contundente, que foi o fato de exclusão. Isso serviu em muito para saber o tipo de vida das pessoas que, no Brasil, não têm direito a melhores condições de vida. Ou seja, as entrevistas mostraram os sentimentos e as mazelas do cotidiano das pessoas entrevistadas, que deram um parecer sobre a vida daqueles que economicamente estão marginalizados. A memória tem planos sobrepostos no tempo, de forma que é necessário neutralizar a memória voluntária e suscitar a memória involuntária, de forma que o passado dialogue com o presente, o que se pode perceber de maneira razoável por meio da metodologia da entrevista.

⁴ Jornais como a Folha de São Paulo, e revistas como Época, Ciência Hoje e Veja, bem como as teses de Marcelo Alves Cerdan, Maria Maurília Queiroga e Glênio de Oliveira da Silva.

dos escravocratas, bem como as observações de um homem que pertencia àquela elite preocupada com o destino da “nação”. Entender o pensamento de um de seus integrantes ajudou na elaboração do entendimento da situação da comunidade negra hoje, no Brasil. Assim, verificar que os objetivos da classe dirigente brasileira no século XIX ainda mantém grandes afinidades com o que se convencionou socialmente nos dias presentes. Auxiliou na definição do grau de importância de um passado relativamente recente da história brasileira, com os problemas atuais em nossa sociedade. As entrevistas, as revistas e outras fontes me possibilitaram discutir o objeto temático aqui proposto, preponderando a diversidade na vida dos brasileiros, na vida dos que possuem trajetórias de vida que influem nas perspectivas aqui alentadas.

Quando penso na forma excludente com que as pessoas são impostas pelas adversidades percebidas em seu meio social, a função do historiador tende a buscar uma maneira de interpretar o sentimento por traz de cada resposta dada por meio da valorização de tal conteúdo para a vida do indivíduo. Assim, suscitar lembranças apagadas pelo tempo requer uma organização mental do investigador para se situar diante das falhas e da falta de memória dos entrevistados. Se a dimensão de cada história contada atingiu seu objetivo, isto só ocorreu por intermédio da percepção dos sentimentos por traz das falas, que mostram muito mais do que apenas um relato da vida destas pessoas.

Procuro questionar se no Brasil o fator étnico é também um condicionante de status social de discriminação e de estratégias políticas, observando como as relações sociais se dão e que acordos se firmam diante da convivência social.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS DO NEGRO ENQUANTO SUJEITO SOCIAL

Ao analisar as entrevistas referentes à comunidade negra de Uberlândia⁵, ficou claro que todas elas revelam as opiniões de pessoas que vivem a diversidade da exclusão no contexto social. Em entrevistas como a da Sra. Ana⁶. Evidencia-se que no Brasil o aprendizado para o trabalho freqüentemente é passado de pai para filho, mostrando uma falta de oportunidade para sujeitos segredados da sociedade, que tem de se sujeitar a serviços subalternos:

...eu desde criança já vim aprendendo, doméstica mesmo [...] primeiro eu fui ser babá, minha mãe era cozinheira na fazenda [...] ela foi me trehando pra pajeá u mininu, e eu fui sê babá du mininu⁷.

Na revista *Época*⁸, há a declaração do escritor angolano José Eduardo Agualusa sobre a elite brasileira no século XXI, para quem o Brasil tem algumas características parecidas com as de Angola, principalmente no que se refere à falta de uma elite negra. Pois nos dois países se mantêm profissões que são passadas de geração para geração, como

⁵ Entrevistas feitas com a participação de quatro pessoas; algumas delas ainda estão no mercado de trabalho.

⁶ Ana Martins de Oliveira Ramos, 71 anos. Entrevista concedida em 4 de novembro de 2004.

⁷ Idem.

⁸ Quando a Sra. Ana explica que sua mãe a educou condicionante de se apegar a única forma possível de sobrevivência naquela situação, deixando claro que mesmo a Sra. Ana sendo criança, já devia ter as qualificações como profissional e a partir de tal já saber seu lugar como sujeito social, sem perspectivas de mudanças.

é o caso de babás negras e dos moleques que são criados como filhos, mas são apenas mais um empregado da família, que trabalha sem receber salários:

Eu fui criado cum fazendeiro [...] mais graças a Deus nunca um falo em mi batê, i nunca mi deu um pilicão [...] i eu fui donde eu piqueno [...] pá dentro da fazenda, i andava era mexê cum trem dentro di casa pra patroa i ali vivia mandado pela patroa dentro di casa⁹.

A diferença principal entre o Brasil e Angola, analisando os testemunhos da Sra. Ana e do Sr. Dionísio, está na perspectiva dos sujeitos enquanto tal, que entendem sua condição de empregado. Em Angola a criança (empregada) é chamada de filho. Isso mostra que sua realidade não é diferente da vivenciada no Brasil, onde a criança pode ter uma relação paternalista com o patrão, mas que talvez seja mais chocante, porque aprende desde pequeno a reconhecer seus limites e deveres.

Assim, as entrevistas, mesmo quando não depunham de forma contundente contra o racismo, como “Não, sô, graças a Deus não”¹⁰, mostram uma trajetória difícil dos depoentes, como a trajetória de vida da Sra. Ana: “Aí quando eu completei treze ano a minha madrinha já mi tiro da arrumação di casa e do minino [...]. E já me pois na cuzinha, aí a partir daí eu já fui sê cuzinheira da fazenda. E aí fiquei até sai”¹¹.

No texto intitulado *A cor da morte*, um artigo da revista *Ciência hoje*¹², é mostrado um quadro realista da sociedade brasileira no que se refere à violência. Segundo esse artigo, o Brasil tende a camuflar as dificuldades dos grupos minoritários (na verdade, majoritários)¹³, por meio da não especificação étnica de indivíduos que tiveram morte

⁹ Dionísio Fernandes Oliveira, 84 anos. Entrevista concedida em 4 de novembro de 2004.

¹⁰ Dionísio Fernandes Oliveira, idem.

¹¹ Ana Martins de Oliveira, idem.

¹² CIÊNCIA HOJE. **A cor da morte**. In: **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 209, out. 2004.

¹³ Majoritária porque a partir da exclusão das pessoas que são designadas como raça ignorada nas certidões de óbitos. Nota-se que a maioria da população brasileira estão a baixo da linha de pobreza, e que aqueles que excluem são apenas uma pequena elite detentora do poder. Ao qual fica mais fácil não determinar economicamente a população brasileira para escamotear o preconceito.

violenta. Nesses termos, a pesquisa mostra que há uma tendência em omitir a procedência étnica dos mortos nas certidões de óbito, especificando este quesito como *raça ignorada*.

Muitas vítimas de homicídios no país, que são tachadas como racialmente ignoradas camuflam o fato de estas pessoas serem descendentes de negros. A reportagem demonstrou, igualmente, a porcentagem de homicídios acometidos pelos negros em populações de 100 000 habitantes. O artigo também estabelece que se faz necessário a separação identitária, mesmo que a vitimização dos negros estejam incluídos pardos e negros. Porque, segundo o artigo, os negros tiveram uma vitimização de 21% maior do que a dos pardos no ano de 2000, sendo que esta diferenciação serve para explicar os homicídios. Com isso, é mais seguro ser pardo do que ser negro, menos seguro ser pardo do que branco, pois os pardos tiveram uma vitimização de 53% a mais do que os brancos no que se refere a homicídios no Brasil em 2000. A pesquisa ainda mostrou que todas as separações identitárias das vítimas de homicídios no Brasil, sejam elas por gênero, idade ou estado civil. Só tiveram um fator em comum, que foi o do percentual mais alto para a raça negra.

Por isso que, ao ser indagada sobre qual sua raça, a Sra. Ana não soube responder: “Não sei”¹⁴; pois assim como na reportagem da revista *Ciência Hoje*, no país sempre se veiculou o mito da democracia racial, ao qual fica mais fácil não definir racialmente as pessoas, para que, desse modo, se possa excluir de maneira velada alguns segmentos da sociedade.

Assim, quando lemos em artigos como o de Hermano Vianna¹⁵, que vê na

¹⁴ Ana Martins de Oliveira, *idem*.

¹⁵ VIANA, HERMANO. Cotas da discórdia. In: **Folha de São Paulo**, Caderno mais. São Paulo, 27 de junho de 2004.

perspectiva da mistura racial um dos bons atributos da sociedade brasileira se faz necessário também destacar algumas conseqüências disto. A primeira seria que, no Brasil, por vezes se esconde atrás deste fator de mistura racial para desrespeitar os direitos de quem os deveria ter. E depois, em segundo plano, o que se pode verificar hoje em dia com estas discussões sobre cotas para negros nas universidades, é que esta teoria de que somos de um país de mestiços pode em muito contribuir para que estas cotas sejam preenchidas por pessoas que se intitulam negras, por terem um ancestral mestiço, ou por estas estarem envolvidas com alguns rituais de cultura afro¹⁶.

Quando se analisa a vida dos entrevistados desta pesquisa, é interessante notar que embora eles não denunciem um racismo contra suas pessoas a trajetória de vida – principalmente do Sr. Dionísio e da Sra. Ana – mostra que a vida dessas pessoas sempre esteve presa ao ritmo de trabalho das fazendas onde trabalhavam. Igualmente quando o Sr. Dionísio diz que nunca sofreu preconceito, ele deixa claro que também que sua vida, como a de outros empregados da fazenda, ficava sob o domínio exclusivo dos fazendeiros. Dese modo, percebe-se que a vida destas pessoas, que não tinham boas condições financeiras, era difícil por dois motivos: pobreza e etnia:

Purquê, cê vê, a gente num tinha pai, ô mesmo aqueles que era, que tinha pai, us patrão é que mandava¹⁷.

Ali aquele empregado ia levando, ia levando, o que precisava dentro de casa pá sustentá a famía depois quando vencia o meis qui ia acertá o coitadim num pegava nem um centavo porque já devia aquilo tudo [...]. As mulher nem num calçava que o marido num dava conta di comprá¹⁸.

Quando a Sra. Ana relata qual era o tipo de vida na fazenda dos empregados os

¹⁶ Na verdade vemos que, se em alguns momentos classificar-se como negro é algo incômodo e excludente; em outros pode ser algo disputado e valorizado por conta do recebimento de privilégios e benefícios, colocando-se como negro a favor disso, a exemplo das cotas.

¹⁷ Ana Martins de Oliveira, idem.

¹⁸ Dionísio Fernandes Oliveira, idem.

quais sempre estavam devendo aos patrões pelas roupas obtidas junto à fazenda, ela deixa claro também que as dificuldades das pessoas na fazenda também obedeciam a critérios diversos, dentre eles o de gênero. As mulheres tinham de se sacrificar na fazenda, para dar o vestuário ao marido e filhos.

Os entrevistados manifestaram desejos e sonhos relativos a seu futuro, e de seus parentes, mostrando-se bastante pessimistas em relação à perspectiva de se um dia toda a população brasileira teria condições igualitárias de vida: “Até esse preconceitu acabá eu (pausa). Sou sincero com você eu acho que não vai acabá”¹⁹; “...a herança qui nós vamos dexá pra eles, todos, é [...] o bom exemplo, é o futuro que nós vai dexá pra eles”²⁰. Mas fica claro também que quando se analisa essas falas. Eles compartilham da mesma perspectiva de exclusão social do negro dos melhores postos de trabalho oferecidos no mercado: “Acontecer de arrumar serviço arruma mas sempre o serviço mais grossero é que sobra pra eles”²¹; “Pr’ocê vê, o mercado de trabalho ainda é muito fechado, o pior serviço são pros negros”²². O pessimismo do Sr. Otacílio quanto ao futuro do racismo no país e a perspectiva da falta de mudanças sociais quanto à ausência de melhoria da população mostra-nos que reconheceu as dificuldades vivenciadas na atualidade e que a vida é uma disputa que nem sempre o negro consegue a posição para pertencer à sociedade com dignidade: “...eles dão mais oportunidades pra uma clara, paga elas melhor, do que pr’um negro, aí o negro tem de ficar sujeitando [...] e ganhando menos aqui, porque tem pouco né, não tem outro jeito”²³.

Os depoimentos mostram que o mercado de trabalho é disputado, e que a fila

¹⁹ Otacílio Miguel Pereira, 60 anos. Entrevista concedida em 9 de outubro de 2004.

²⁰ Ana Martins de Oliveira, *idem*.

²¹ Otacílio Miguel Pereira, *idem*.

²² Silvana Aparecida de Lima, 38 anos. Entrevista concedida em 4 de novembro de 2004.

²³ Silvana Aparecida de Lima, *idem*.

dos desempregados só contribui para que se possa “escolher” quem se quer empregar e aí vemos os critérios que evidenciam a exclusão social, a disposição de se ganhar menos, à margem de alguns grupos sociais, é uma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho que não pode ser desprezada. Portanto, os ideais dessas pessoas se fortalecem na esperança de uma melhor qualificação profissional: “A gente procura estudar mais pra vê se melhora porque esse serviço assim é um tanto mei pesado, né?”²⁴. é a única forma de se manter os sonhos vivos de um seguimento populacional, que ainda tenta emergir diante das dificuldades encontradas. Vemos que esta vivência é algo que nos remete a observar os caminhos percorridos pelas comunidades negras e até que ponto a exclusão se transformou e se estabeleceu como presença de suas vidas.

Na tese de Cerdan, é mostrado um quadro da realidade dos escravos na cidade de Itu, SP. O autor afirma que o fator familiar dos negros escravos acabam por impedir, algumas vezes, as negociações de compra e venda das famílias, através da fuga de um dos membros desta. O autor condiciona suas idéias no nível da resistência dos escravos enquanto focos familiares de se resistir ao domínio dos “senhores de escravos”, o que muitas vezes impedia uma venda, até cancelando-a²⁵. Cerdan também discorda da opinião da pesquisadora Queiroga que escreve:

A família negra constituída, impedida sistematicamente dentro do sistema, é outra prova disso. Com total liberdade para decidir sobre o conjunto da vida do escravo, os interesses do senhor parecem ter sido incompatíveis com a existência de uma família escrava no Brasil. Inclusive, uma leitura nos textos de projetos de leis neste sentido sempre contiveram a noção de família compreendendo única e

²⁴ Silvana Aparecida de Lima, *idem*.

²⁵ CERDAN, Marcelo Alves. **Praticando a liberdade:** um estudo sobre resistências escravas em Itu (1850 – 1873). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

exclusivamente a relação escrava – filhos²⁶.

Sobre esta questão de ver a relação dos negros escravos, em relação aos escravocratas. Este trabalho tende a estar de acordo com o ponto de vista de Queiroga. Porque, ao contrário do que afirma Cerdan, a relação de escravos e senhores era por demais fragmentada, para que qualquer família negra se constituísse como tal e representasse algum transtorno significativo para seus “senhores”.

Ainda sobre este mesmo tema, que mostra o percentual de declínio da população escrava no Brasil. Declínio este que era ocasionado por diversos fatores, como a pouca quantidade de mulheres em relação aos homens, e a escassez de vida familiar, somadas aos maus tratos por parte dos proprietários (observe a tabela em anexo).

Na entrevista do Sr. Otacílio, ele diz que são destinados aos negros os postos de trabalho, nos quais o serviço é mais pesado. Isto também é mostrado na tese de Silva, em que os tipos de serviços mais pesados, como o de chapa e de carregadores seriam destinados à população negra²⁷.

Penso que as definições defendidas na tese de Silva, no que se refere à participação do negro na sociedade, onde este apenas começa a participar do mercado de trabalho livre depois da ingerência do capitalismo que exigia a produção sistemática para o consumo são corretas, porque se um dia ele foi explorado devido a sua cor, depois da abolição esse condicionante se aliaria a fatores econômicos que o colocariam como o

²⁶ QUEIROGA, Maria Maurilia, apud CERDAN, Marcelo Alves. **Praticando a liberdade:** um estudo sobre resistências escravas em Itu (1850 – 1873). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CERDAM, Marcelo Alves. **Praticando a liberdade:** um estudo sobre resistências escravas em Itu (1850 – 1873). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

²⁷ SILVA, Glênio de Oliveira da. **O negro no mercado de trabalho em Uberlândia.** Monografia apresentada na UFU em setembro de 1996, Departamento de Economia.

vértice das dificuldades enfrentadas por todo um seguimento social em que não se inclui apenas os negros. Assim, com a exploração do capitalismo, as pessoas que ainda não haviam se incluído como detentoras de direitos na sociedade como o que ocorreu com os ex-escravos após a abolição, esse grupo teve de viver em situação de disputa por espaço, direitos, isto é, um lugar no meio social. Claro que com dificuldades diferentes dos atuais e dentro de uma outra realidade histórica.

A vida destas pessoas tenderia a ser prejudicada por terem um passado de escravos, o que não lhes facilitava a disputa pelos melhores postos de trabalho, além de não terem sido devidamente preparados para as ingerências do capitalismo. Por conseguinte, a noção de família escrava defendida por Cerdan não revela um comprometimento da origem destas famílias escravas com os postos mais elevados no mercado de trabalho na atualidade; em geral, a situação é comprometida pela sua trajetória histórico-racial. Se as famílias escravas conseguiram defender seus direitos diante de seus donos, isto não serviu para perpetuar estas famílias como elementos importantes para a sociedade brasileira. As simbologias inerentes à essa sociedade, quanto à condição escrava impediram que elas participassem do mercado de trabalho como uma elite negra, em iguais condições de disputar os postos de trabalho mais elevados. Por isso, foi à margem que a grande maioria dos negros construiu sua vida de liberdade e de privação²⁸.

Em um artigo na revista *Veja*, intitulada *A classe média negra*²⁹, é mostrado um quadro da ascensão social de alguns negros na sociedade brasileira, que possuem formação

²⁸ A liberdade do negro não constitui algo que ele possa vivenciar sem alguns reveses. É certo que sua realidade é diferente da de seus antepassados. Mas ele, enquanto sujeito social, consegue muito pouco para se estabelecer tanto familiarmente como sujeito detentor de valores. Não obstante, sua vida nos escombros da sociedade não significa que ele viva intensamente os direitos e deveres de homem livre.

²⁹ PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. In: *Veja*, editora abril - edição 1011, ano 32 – no. 33 – 18 de agosto de 1999.

superior, com cargos muito bem remunerados. O artigo revela que para estas pessoas atingiram seus objetivos passaram por grandes obstáculos devido a sua origem familiar humilde e racialmente definida negra. Assim, obstáculos sentidos na pele por pessoas como o Sr. Odo Adão, sobre um incidente na alfândega, quando um funcionário quase o impediu de viajar: “Ele ficava me perguntando como eu tinha conseguido comprar um bilhete aéreo...”³⁰. Ou no depoimento de uma gerente financeira que disputou um cargo com um colega branco: “Quando ele soube do resultado, virou-se para mim e disse que, se pudesse, entraria numa máquina do tempo e mataria a princesa Isabel”³¹. Mostra, como afirma a tese de Silva, que há uma indignação em setores que *pertenceriam* aos brancos, havendo conflitos, tácitos ou explícitos, quando um negro compete por estes postos.

Uma outra entrevistada de Pinheiro, Sueli Carneiro, afirma: “Aqui se diz que o discriminado é o pobre. Mentira. Nos pequenos detalhes, vemos que quem é mesmo discriminado é o negro”³². Para Sueli mesmo entre os pobres há uma outra exclusão, a do negro.

O artigo também revela que, embora os negros estejam adquirindo melhores condições de vida há algumas características da sociedade brasileira que ainda se mantêm em certas empresas, como salários menores para os negros em contraposição aos brancos. É o que afirma a entrevistada Silvana Aparecida de Lima: “O mercado de trabalho ainda é muito fechado, o pior serviço são pros negros”, o que se observa também no artigo da revista veja. O artigo ainda revela que:

³⁰ ADÃO, Odo. Entrevista de PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1011, ano 32, n. 33, 18 agosto de 1999.

³¹ PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1011, ano 32, n. 33, 18 agosto de 1999.

³² CARNEIRO, Sueli. Depoimento para PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1011, ano 32, n. 33, 18 agosto de 1999.

* os negros detêm apenas 1% dos postos estratégicos do mercado de trabalho.

* brancos tem o dobro de chance de manter a qualidade de vida da família do que os negros³³.

Creio que, embora a revista destaque algumas histórias de sucesso dentro da comunidade negra, ainda se faz necessário que a participação nos postos mais elevados de trabalho ainda seja maior por parte dos negros. A perspectiva de melhora de vida mostrada na revista, nos últimos anos, serve para que os negros busquem seu espaço no mercado de trabalho, mesmo com as diversidades a serem enfrentadas; pois só assim uma grande parte da população brasileira pode ter seus direitos respeitados.

Se as lutas daquelas pessoas que têm seus direitos ignorados servem para obrigar as autoridades a reverem algumas leis da Constituição Brasileira, posturas e valores sociais só isso já serve para que as expectativas e mudanças se façam sentir e se prolonguem, embora note-se que leis em muito pouco alteram a maneira das pessoas pensarem, mas ao mesmo tempo esta é uma das primeiras providências que devem ser tomadas, porque assim, igualmente a outros sujeitos, o negro tem que lutar em primeiro plano por sua cidadania.

³³ PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. In: Veja, editora abril - edição 1011, ano 32 – no. 33 – 18 de agosto de 1999.

CAPÍTULO 2

O CONCEITO DE “NAÇÃO” NO SÉCULO XIX E A PRESENÇA DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A realidade do negro, no Brasil, tende a sempre estar de acordo com as motivações sócio-econômicas, desde a época da escravidão. Compreender a realidade do negro nos dias de hoje, nos remete a também olhar para o passado das classes minoritárias do país, ao qual o valor da sociedade brasileira como a entendemos está alçada pela contribuição de pessoas que através do trabalho forçado, cunharam as esperanças e simpatias da nação brasileira.

O Brasil toma providências contra a escravidão a partir de 1850, durante o Segundo Reinado; anteriormente a isso, o país não conseguia combater os traficantes do país. Mas isso se deveu à influência inglesa que, desde 1831, esperava que o Brasil cumprisse o que fora estipulado: a proibição do tráfico e, conseqüentemente, um fim para a escravidão, podendo lançar a economia do Brasil no regime de trabalho livre, o que ocasionaria uma liberdade maior para o comércio brasileiro, pois poderia, então, comprar produtos internacionais, devido ao desenvolvimento da economia liberal européia.

Em 1845, com a notícia de que seria legítima a compra e a inserção de escravos africanos no Brasil, a Inglaterra inicia procedimentos no sentido de obrigar o governo brasileiro a cumprir o compromisso afirmado em 1831, de participação do governo brasileiro no combate intercontinental de africanos para a escravidão. Devido ao medo de

perder a inserção do Brasil no mundo do trabalho livre, a Inglaterra, por intermédio de uma lei, Bill Aberdeen³⁴, começa a apreender, todos os navios negreiros na costa brasileira, que traziam escravos para o país, responsabilizando também as pessoas que contrabandeavam esses escravos. Para se entender um pouco mais este período se faz necessário conhecer a pessoas de Joaquim Nabuco³⁵, enquanto homem da elite letrada brasileira que privilegiei para estudo neste trabalho.

Compreender o pensamento de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo nos dias em que discursava no parlamento em prol da abolição mostra qual a interpretação de um homem da elite política brasileira da época poderia ter sobre este tema. Seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo, era de família ilustre da Bahia, da qual já originara vários políticos. E sua mãe, Ana Benigna de Sá Barreto, também descendia de políticos que ajudaram no processo de Independência do Brasil em 1822. Com uma formação privilegiada, ele pode pensar a realidade brasileira sobre o ponto de vista da elite.

E por meio do livro *O abolicionismo*³⁶ Nabuco mostra suas inquietações sobre a sociedade brasileira em sua época. Inquietações que apenas terminariam com a sua morte em 17 de janeiro de 1910, em Washington (EUA).

Seus maiores desejos de um desenvolvimento sócio-econômico brasileiro

³⁴ Esta lei, feita por Lorde Aberden, foi elaborada para pressionar as autoridades brasileiras para por fim ao tráfico negreiro que persistira após 1831. Quando o Brasil deu a entender, em 1845, que as transações de compra e venda de escravos, tanto interna quanto externamente seriam legítimas, o governo inglês elaborou a lei para não perder os 28 anos de trabalho junto ao governo brasileiro, estimulando a inserção do Brasil no trabalho livre, o qual beneficiaria a Inglaterra, pois o Brasil participaria das relações de compra e oferta e livre concorrência do trabalho livre, podendo assim comprar mais mercadorias (Cf. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 109).

³⁵ Nabuco era um homem de família ilustre. Formado em direito, exerceu a função de jornalista. Combatendo o escravismo brasileiro no séc. XIX. Por isso, foi chamado de afeminado, e traidor de sua classe por muitos. Freqüentador da corte de D. Pedro II, encantava as mulheres da nobreza devida a suas maneiras litúrgicas e educadas (Cf. op cit, p. 17).

³⁶ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977.

deveriam começar pela abolição da escravatura e, posteriormente, pela consolidação do poder monárquico do país. Viu-se apenas parte do projeto realizado, é um fato. Mas é na análise de suas interpretações sobre a realidade brasileira, por meio da questão da intervenção inglesa nos portos brasileiros a partir de 1850 é que se pode começar a entender e questionar o pensamento da elite brasileira em fins do século XIX: “Há infinitamente mais humilhação para nós nesta evidente denegação de justiça por parte daquele, do que no apresamento de navios negreiros em nossos portos por ordem desta”³⁷.

Para Nabuco, este apresamento de navios negreiros em águas brasileiras significava uma vergonha para o país, porque o Brasil não se mostrava soberano perante suas próprias ações, dependendo de uma outra nação para fazer algo que todo país desenvolvido já fazia. Se a “nação” brasileira fosse “grandiosa”, na opinião de Joaquim Nabuco, a Inglaterra não tomaria esta atitude contra um país que, mesmo tendo dimensões geográficas grandes, ainda não atingira o respeito do mundo civilizado. Em nenhum momento a preocupação é o negro, e sim a condição do Brasil perante os povos.

A sociedade brasileira não conseguia desvencilhar-se dos hábitos escravistas: “...era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico”³⁸. Nabuco relata que, pelo fim do tráfico em 1850, o Brasil, mesmo tendo proibido oficialmente o tráfico de escravos para o país, persistia em ludibriar o que fora estabelecido em acordos nacionais e internacionais³⁹. Em 1852, um navio negreiro, proveniente do Brasil, para passar pelos navios ingleses içou uma bandeira estadunidense, ludibriando as autoridades inglesas,

³⁷ NABUCO, Joaquim. Idem, p. 92.

³⁸ NABUCO, Joaquim. Idem. p.111.

³⁹ NABUCO, Joaquim. Idem. p.110.

internando, deste modo, os escravos trazidos da África no Bananal de São Paulo⁴⁰.

Se, por um lado, Nabuco sentia vergonha do Brasil diante das outras nações pelo fato de o país ainda depender do escravismo para movimentar sua economia, por outro lado queixava-se da atitude inglesa, que apenas interferia na sociedade brasileira por esta não ser, àquele tempo, representativamente importante no mundo ocidental, salientando que a intervenção inglesa se dava unicamente nas nações de pouca expressão mundial.

Se o liberalismo internacional exigia mudanças na sociedade brasileira, estas ocorriam somente se vislumbrassem garantias à elite que, aos poucos, acabava por aceitar e promover as mudanças internas na nação.

Porém houve muitas controvérsias sócio-políticas, porque os escravocratas só cederiam depois de se resguardarem perante as leis, como a do Ventre Livre e outras, promulgadas posteriormente. De acordo com elas, os direitos das classes dominante deveriam permanecer. A escravidão, segundo Nabuco, fossilizou “nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo...”⁴¹. Com isso, o negro deveria ser livre. Mas não devia participar ativamente da sociedade brasileira como sujeito desenvolvimentista. O negro, então, participaria do organismo social brasileiro, mas relegado a segundo plano por meio da exclusão.

Se o negro anteriormente conquistou sua liberdade, ele não emergiu diante das dificuldades de sua nova condição de homem “livre”, mas que não era aceito devido a sua cor.

Se houve conquistas como o direito a pertencer a uma sociedade que não o

⁴⁰ NABUCO, Joaquim. Idem, p. 110.

⁴¹ NABUCO, Joaquim. Idem. p. 59.

privilegiasse, ele não conseguiu materializar-se como sujeito diante das perspectivas de mudança nos dias de hoje, salvo raras exceções. Seu legado nacionalista ficou fadado ao esquecimento tanto daquele que exclui como daquele dele próprio ao não considerar os problemas inerentes a sua etnia. É claro que houve ganhos desde a abolição. Mas estes ganhos advêm, também, de um fator alienante que procura definir as prerrogativas nacionais por meio da utilização da cultura negra como símbolo de resistência por parte da sociedade atual. Seria porque assim fica mais fácil excluir aquilo que é visível a todos? Ou seja, o negro participa da sociedade como elemento insignificante e é lembrado apenas como manifestação de um liberalismo acoplado à idéia de igualdade para todos. Assim, se somos um país liberal, ele o é até que uma comunidade não tenha que dividir seus postos de trabalho com os negros, e a convivência em sociedade. E se uma família negra se impõe não é devido a concepções de igualdade oriundas de uma sociedade dita democrática. Se a exclusão anteriormente se baseava na idéia de escravizar o negro, que tinha de lutar pela sobrevivência, nos dias de hoje o escravismo social condiciona a luta por meio do direito de pertencer à sociedade, não como pária, mas como indivíduo.

Sobre a definição de “povo” dos homens da elite letrada, na época em que Nabuco discursava na Câmara, faz-se necessário compreender, no contexto deste trabalho, um pouco mais este conceito, e outros que perpassavam a idéia de nação na sociedade ocidental, ao longo de sua trajetória “civilizatória”.

Marilena Chauí diz que a palavra *nação* tem seu significado orientado, a partir de 1830, para a independência ou soberania política, bem como para uma unidade territorial e legal. Portanto, Nabuco via no advento do trabalho livre a chance de o Brasil caminhar de mãos dadas com a civilização. O negro ainda seria o “fruto” de tudo de ruim para aquela

sociedade, sendo que sua participação na sociedade se resumia nesta visão⁴².

Estas eram as bases estruturais do território brasileiro, que orientariam Nabuco por meio dos pressupostos liberais europeus, ao projetar seu ideal de pátria no parlamento onde discursava.

A visão elitista que Nabuco tinha da sociedade era formada por alguns pressupostos ideológicos inerentes a seu grupo social. A elite brasileira do período se sentia como os legítimos herdeiros da nação. Em seus discursos, Joaquim Nabuco evoca o sentimento de pátria. Mas será que este sentimento significaria a inclusão das camadas populares no destino da nação? E seu sentimento abolicionista era compartilhado por todos os abolicionistas?

Creio que as respostas destas perguntas são que o seu sentimento de pátria estava estritamente ligado ao modo protecionista de sua classe social. E que sua atuação enquanto abolicionista era para defender o Brasil da prática da escravidão. Por isso, embora seus discursos no parlamento defendessem o fim da escravidão, não era por pena dos escravos, mas sim por manter a classe dominante no poder após a abolição evitando maiores insurreições, que poderiam ocasionar a perda de poder dos escravocratas, pois postos estratégicos em uma sociedade dividida com os negros ex-escravos colocariam posições de homens como Joaquim Nabuco em risco, devido à ascensão das classes subalternas.

Ainda se identificarmos o significado histórico de períodos significativos das elaborações conceituais sobre o Estado nação, será possível ver que cada período histórico, a partir do século XIX, obedeceu a uma definição diferenciada. Eric Hobsbawm diz que a

⁴² Idem, p. 14.

palavra nação obedece a três periodizações: de 1830 a 1880, fala-se em “princípio de nacionalidade”; de 1880 a 1918, em idéia nacional; e de 1918 aos anos 1950-60, em “questão nacional”⁴³.

Por meio do domínio lingüístico da elite, novos conceitos de sociedade foram forjados, pois na Europa, a partir de 1880, os entraves sociais colocavam a classe trabalhadora no cenário político e, para que a nação mantivesse a unidade, e não permitisse a ascensão ao poder de comunistas e socialistas, a pequena burguesia queria a manutenção da ordem como estava e, por isso, vê na “idéia nacional” o fator de conciliação das classes.

Quando se analisa as respostas dos entrevistados sobre as questões relativas a seu modo de vida, vê-se que eles não tem condições de perceber qual o nível de exploração sofrido por sua classe. Assim, perceber que sua falta de percepção diante de suas vidas, nos remete a entender que eles aprenderam que a vida que tiveram eram o normal diante da perspectiva de vida que tinham, eles de maneira nenhuma manifestaram desejos de se rebelar contra o modo como foram tratados. Se suas vidas tiveram dificuldades, elas apenas que afirmam a falta de condições socioeconômicas impostas por quem tinha o poder. Se a escravidão acabou, ela ainda se perpetua através do discurso de conciliação de classes devido às necessidades de expansão comercial, antes mesmo da abolição. Com isso, quando os entrevistados narram suas trajetórias, estas atestam sua falta de compreensão de uma classe de semi-analfabetos que viveram as intervenções da elite letrada que já haviam tomado seus espaços, obrigando os outros devido as necessidades e subsistências a

⁴³ Estes períodos exemplificados por Eric Hobsbawm mostram que um país como o Brasil grandemente influenciado pela cultura européia, na época de Joaquim Nabuco, fez com que os valores culturais, principalmente na segunda periodização, que eram orientados por meio do conceito de nação, vinculando língua, religião e raça, fosse voltado para a delimitação social por meio do favorecimento da elite. É neste contexto que entra a participação da elite letrada por meio do sufrágio censitário, ocasionando a delimitação do território e ações político-militares para obtenção de ordem no Estado-Nação.

compartilhar na qualidade de subalternos no desenvolvimento econômico da nação.

Para Chauí, a intelectualidade da pequena burguesa, não querendo a proletarização, transforma o patriotismo em nacionalismo. Ao fazer isso, terminaram por vincular o sentimento nacionalista encarnado na língua, nas tradições populares e na raça, de forma que estes conceitos foram grandemente difundidos na alma do povo pelas ciências sociais do século XIX, definindo os critérios da nacionalidade⁴⁴, ocasionando uma valorização de conceitos vindos da elite européia para o Brasil, estipulando a superioridade da raça branca sobre outros indivíduos, o que fazia com que Nabuco almejasse a libertação dos escravos, porque isto rebaixava sua classe. Mas os ex-escravos não eram desejados na nação; portanto, suas influências deveriam ser suprimidas aos poucos pela imigração européia, que diminuiria a influência negra pela miscigenação.

Nos dias atuais, quando se analisa a apropriação de valores ditos como pertencentes à cultura afro, através de manifestações populares como Congado e Capoeira, vemos que isso acaba por legitimar uma igualdade popular no campo ideológico. Não obstante, essa atitude apenas serve para que, aos olhos da comunidade, o negro se inclua socialmente, não estabelecendo uma relação entre o cotidiano e o terreno das representações. Se por um lado estas atitudes serve para interagir negros e brancos através da valorização da cultura afro, por outro lado ela apenas camufla as relações de dominação diante da universalidade de uma cultura genuinamente brasileira.

As mudanças sociais exigidas por Nabuco deveriam ocorrer desde que resguardassem o poder da elite letrada sobre os demais indivíduos da nação. Por conseguinte, sua idéia de “povo” estaria embasada na conservação da elite, no poder

⁴⁴ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 1989. p. 18.

alicerçada por meio das elaborações simbólicas, definidas por intermédio de uma inteligência orgânica da sociedade. Por meio das teorias evolucionistas do século XIX, os critérios de sociedade delinearam-se de acordo com a perspectiva do liberalismo ocidental.

Para Lilia Moritz Schwarcz, a teoria evolucionista do século XIX

...excedia claramente os limites da biologia e nisto residia a sua importância. Através de uma terminologia acessível e que permitia fácil popularização, reduziam-se às mudanças na sociedade humana a regras de evolução biológicas...⁴⁵

Estas teorias, definidas pela “sciencia”, tachavam de bárbaros todos os povos que diferiam do modelo racial caucasiano europeu. A sociedade brasileira explicava os acontecimentos sociais na nação por meio das teorias evolutivas da época.

Seu valor como indivíduo só seria importante, para a manutenção da economia de um país tido como democrata. E com o desenvolvimento do capitalismo, se fazia necessário libertar esta força de trabalho, mesmo que isso não significasse melhoria de vida.

Quando se analisa algumas diretrizes impostas pelo governo, que tentam desenvolver estrategicamente as teorias da necessidade do ensino técnico profissionalizante, isto apenas serve para qualificar o negro e outros indivíduos das camadas populares, incorporando-os às massas de trabalhadores do país. Portanto, quando se analisa as entrevistas, vê-se que elas esboçam perspectivas de melhora de vida por meio do estudo, pois o negro quer participar igualmente a todos da sociedade. Mesmo quando o negro consegue desenvolver-se educacionalmente, tem dificuldades para penetrar no mercado de trabalho.

⁴⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 102.

Com isso, o que se vincula como direito do cidadão, ter qualificação profissional é apenas para compor os cargo que não exigem uma formação superior. Mesmo quando o negro consegue ter acesso a uma formação superior, tem dificuldade daquilo que se vinculou educacionalmente no país que é a não formação de uma elite negra.

Não que isso seria a solução para todos os problemas, mas em contraposição serviria para defender o direito dos negros e não seria tão necessário preservar esses direitos intermédios de leis específicas como as que defendem os negros e as mulheres, que também sofrem preconceitos.

As elites brasileiras liam com frequência as teorias de Eugenia, de Comte, Darwin e Espencer. E as utilizavam como sustentáculo da ordem social no país, pois justificava o poder preso à elite dominante. E quando os crimes contra a classe senhorial eram cometidos se explicava estas ações À condição bárbara dos negros justificando assim que aquela elite letrada e política se mantivesse acima sobre os demais membros da nação

Se homens como Joaquim Nabuco tinham tais convicções sobre o negro no Brasil, como é que ficaria a ação abolicionista impetrada pelo próprio Nabuco? O que seria dos negros já que eram tidos como párias?

Sem dúvida, Nabuco via na libertação dos escravos o único meio do país se desenvolver, mas o que fazer com os negros? É bem provável que aos poucos eles fossem sendo subsistidos e de maneira precária, abaixo de uma linha de pobreza considerável, bem como outros segmentos sociais, como os moradores do campo, que viviam em condições de miséria: “A população vive em choças onde o vento e a chuva penetram [...]. Isso é no

campo nas pequenas cidades e vilas do interior...”⁴⁶. Por isso, o mundo perfeito sustentado por Joaquim Nabuco não excluiria apenas o negro da sociedade, mas também o miserável, não por sua condição racial, mas pela sua condição financeira. Portanto, a ação abolicionista da elite eram apenas para manter sua condição de líderes da nação independentemente do negro participar ou não de uma sociedade livre da escravidão no Brasil.

Nesse sentido, vemos que a desigualdade social prevalece como foco excludente e se reforça pela grande faixa de pessoas que lutam pela sobrevivência se submetendo à exploração e marginalização social.

No livro *Preto no branco*, de Thomas Skidmore, o autor diz que o desenvolvimento econômico europeu fez com que filósofos liberais atribuíssem a prosperidade daquela sociedade a razões científicas. Os intelectuais brasileiros assimilaram essas teorias e este, liberalismo europeu, que também influenciou os abolicionistas brasileiros, expressava a superioridade do europeu através da intelectualidade; o sucesso econômico daquela sociedade dava um certo grau de respeito à classe intelectualizada europeia. As explicações sobre o avanço da economia daqueles países rumo ao desenvolvimento em todos os setores, explicava-se por meio dos conceitos das ciências sociais, difundidos pela classe letrada europeia e que aspiravam justificar a desigualdade e os privilégios da elite no Brasil.

Assim, a cultura negra passou a ser mostrada pelo viés da construção simbólica do atraso em relação a qualquer civilização do hemisfério ocidental. A escravidão encontrava, deste modo, tolerância através da idéia da inferioridade do negro em relação ao

⁴⁶NABUCO, Joaquim. Idem, p. 149.

branco.

Para Schwarcz, os jornais brasileiros do século XIX justificavam os problemas da “nação” brasileira, atribuindo-os à escravidão:

Diversas são as causas que tem contribuído para a depressão do caráter nacional, mas a mais culminante sem dúvida é a escravidão. A escravidão mata no homem todos os sentimentos generosos porque o senhor se constitui num tyrano [...]. O Brasil é um país novo está desgraçadamente aviltado, tão rebaixado pelo caráter de seu povo que chega a nos ameaçar de morte [...] a libertação é o caminho mais seguro para a conquista da civilização (A Redempção, 24 de julho de 1887)⁴⁷.

Na verdade, a elite brasileira não estava preocupada com a valorização e inclusão do negro na sociedade, mas sim de se mostrarem civilizados como os europeus, que não escravizavam mais. Se a sociedade brasileira estava se modificando, certamente não era por causa dos direitos negados com a escravidão, e sim por conta das pressões dos países europeus e nisso Nabuco contribuiu para fortalecer a abolição e esclarecer a elite de seus possíveis benefícios.

Sendo assim, as conquistas abolicionistas ficaram muito mais relegadas ao plano de manutenção de poder pela elite do que pela libertação dos escravos. É nesta perspectiva que entra a ação de Joaquim Nabuco, isto é, a ação de facilitar a aceitação dos donos de escravos diante do inevitável, e indiretamente condicionar os escravos para que se mantivessem submissos porque o fim da escravidão estava próximo.

A sociedade estava se transformando e elaborações de leis como a do Ventre Livre, em 1871, foram feitas para aliviarem pressões externas dos europeus. Mas mesmo assim, ela causou grande indignação por parte de escravocratas, que não queriam ceder e perder, mesmo que parcialmente, suas posses escravas. Porque a lei beneficiava em muito o

⁴⁷ A Redempção, 24 de julho de 1887, apud SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 187.

poder da elite no país. Então, se os discursos políticos de Nabuco eram para alertar seus pares sobre a necessidade de libertar os escravos para não sucumbirem perante o atraso sócio-econômico, a elite escravocrata só viria a perceber as intenções do movimento abolicionista quando se viram pressionados por outros países.

Nabuco ao analisar as dificuldades das regiões mais afastadas do país, durante meados do século XIX, via na escravidão, a principal dificuldade da sociedade brasileira em seus mais diversos setores. A elite escravocrata, na opinião de Nabuco, não percebia que o desenvolvimento da nação estaria condicionado ao fim do trabalho escravo no país: “o parcelamento feudal que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior”⁴⁸. Para Joaquim Nabuco, setores como agricultura, comércio nas grandes cidades e desenvolvimento das indústrias. Estariam à mercê do sistema escravista que, atado ao domínio de uma pequena porção de aristocratas, impedia o desenvolvimento da nação⁴⁹.

Vincular problemas sociais brasileiros à influência dos negros era uma prática corrente na sociedade brasileira da época. A forma como os negros eram tratados em sua condição de escravos indicava qual a percepção da sociedade brasileira sobre suas posses escravas.

As entrevistas feitas para esta pesquisa não apontam diretamente o racismo contra os entrevistados, mostrando que estas pessoas sentem cada um à sua maneira o problema da exclusão. A questão do racismo não é que ele é velado contra um indivíduo, mas sim que estabelece a conexão de segregação contra indivíduos muito antes deles nascerem. Ou seja, alguns entrevistados não têm condições melhores de vida devido a

⁴⁸ NABUCO, Joaquim. Idem, p. 152.

⁴⁹ NABUCO, Joaquim. Idem, p. 152.

serem descendentes de escravos. Eles já nasceram em um ambiente propício a aceitação de serem indivíduos nascidos para servir. Assim, quando lamentam um fato ou outro, eles não se vêem como discriminados, mas sim como alguém que não teve sorte na vida.

Segundo Schwarcz, “Os escravos eram descritos como objetos, recebendo neste sentido o mesmo tratamento ao nível da linguagem, dos fogões...”⁵⁰.

Portanto os jornais anunciavam o comércio de escravos por meio de expressões como “bonito lote”, “peças bonitas”, “peças em liquidação” etc. E o comércio de escravos também era associado à compra de veículos de condução, na sociedade: “Vende-se uma Victória em muito bom estado com arreiros, e compra-se um escravo de meia idade, sadio e sem vícios para todo trabalho”⁵¹.

Em nossos dias, vemos anúncios de empregos que pedem exclusivamente pessoas de boa aparência para trabalhos de secretarias ou na área de tratamento direto com o público. E geralmente, se uma pessoa não é branca, ela não estará qualificada para o cargo. Portanto, se anteriormente o negro era vendido como utensílio de casa, sua situação não alterou muito, porque antes de ter a qualificação de boa aparência, o candidato deve ser primeiramente branco.

O modo como era visto o negro e de como seus préstimos seriam utilizados, fazia-se notar em anúncios que sugeriam uma boa compra por parte do “senhor”:

Muita atenção

Vende-se uma ellegante e bonita mucama recolhida e de casa particular que tem muitos préstimos com 18 annos de idade, [...] o motivo não desagradará o comprador. (Província de São Paulo, 25 de setembro de 1877)⁵².

⁵⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 135.

⁵¹ Província de São Paulo, 27 de agosto de 1880. In: Idem, p. 135.

⁵² Ibidem, p. 135.

Já outros anúncios procuravam denegrir a imagem do negro por intermédio da afirmação de que ele não possuía vícios: “Escravo. Vende-se um de 20 a 30 anno, sadio, robusto, sem vícios, nem defeitos (Província de São Paulo, 28 de fevereiro de 1879)”⁵³.

O negro então era visto pela elite brasileira apenas como uma mercadoria que trazia comodidade, que não deveria trazer problemas para seu “senhor”.

Se a visão da sociedade brasileira no século XIX via no escravo uma forma de sustento e comodidade, mas sem dúvida não era visto como um ente humano. Ele só entraria nesta classificação para representar o Brasil como país civilizado perante a Europa. Mas se pela proximidade da abolição definitiva, em 1888, o negro era visto como um entrave do sistema. Os donos de escravos poderiam lavar as mãos diante dos maus tratos, uma vez sofridos pelos escravos. Se a lei deu a liberdade aos escravos, não deu a consciência de igualdade à “nação” brasileira, que ainda mantinha opiniões sobre os negros, igualmente seus antecessores.

Assim, a lei não trouxe igualdade política à nação, mas apenas uma nova faceta de um jogo de poder coordenado pelos poderosos. Com isso, quando o Brasil passou do sistema monárquico para o sistema republicano, em 1889, os antigos senhores de escravos já tinham se posicionado como uma nova elite republicana no país, porque o sistema monárquico já não satisfazia a ânsia de poder dos escravocratas.

Com isso, os negros foram vivendo como biscateiros nas grandes cidades, onde através de confrarias com outros viveram à margem social, em antros nas cidades ou jogados como trapos humanos no campo, para onde tiveram de voltar porque a Abolição

⁵³ Ibidem, p. 136.

lhes deu a liberdade, mas não condição de vida, o que lhes restavam era viver nas fazendas, trabalhando para seus antigos senhores. Pois, de fato, após a Abolição, os escravos não tinham como buscar a sua subsistência de forma digna. A única maneira de se incorporarem ao mercado de trabalho seria por meio da obediência à nova ordem, que combatia com rigor o ócio e a vadiagem. Assim, muitos se empregavam nas antigas fazendas onde foram escravos, recebendo salários ínfimos. O governo, como isso, tentava aplacar a grande quantidade de pessoas que perambulavam pelas estradas, pois muitos deles se dirigiam para as grandes cidades e se instalaram em casebres, conhecidas como bairros africanos. Embora a situação de vida nesses locais fossem dificultosas, acharam ali uma vida menos hostil do que a vida no campo.

As benfeitorias realizadas no país desde o tempo do Brasil Colônia até os dias em que discursava no Parlamento eram todas feitas pela mão de obra escrava que, no dizer de Nabuco, propiciara a acumulação de capital para a elite dominante.

Em setores que precisavam do trabalho manual, os escravos deram sua contribuição. Nabuco, nesse sentido, reconhecia que o país era fruto do trabalho escravo: estradas e edifícios, a casa do senhor e a senzala dos escravos, os telégrafos e os caminhos de ferro, as igrejas e escolas, os hospitais, academias, tudo era, no dizer de Nabuco, uma doação gratuita da classe escrava, que trabalhava, pois a classe dos senhores a fazia trabalhar.

Talvez uma das boas contribuições que servem para dar luz à participação dos escravos na sociedade brasileira seja, nos dias de hoje, seja a exposição de achados arqueológicos sobre a participação do negro enquanto escravo no Brasil. Isso serve em muito para entender as relações entre escravos e senhores. A exposição que se realizará em

São Paulo, está sendo organizada para mostrar a participação do negro no processo histórico do negro. Segundo o curador da amostra, Emanuel Araújo, documentos recém adquiridos mostram que, ao contrário do que se imagina, o trabalho dos escravos eram bastante amplo: “Os ofícios perpassaram a escravidão. Muitos escravos, ao contrário do que se pensa, exerciam funções técnicas, como marceneiros ou até como passadeiros”⁵⁴.

Longe de testemunhar a variedade dos préstimos dos escravos, essa constatação em muito enaltece o legado da raça negra nos dias de hoje, por meio de eventos culturais, como exposições de caráter permanente, que contribuem para o entendimento de um público mais leigo sobre sua história.

A nação brasileira deveria sentir-se agradecida pela *contribuição* de uma raça de homens atrasados e, no mínimo, o que poderia fazer a classe senhorial era dar liberdade a esta raça de homens, que não tinha culpa de ser escrava neste país. Além disso, Nabuco frisava que a participação de escravos no organismo social brasileiro seria prejudicial para a moral do país, em seus mais diversos aspectos, por não atenderem ao que era proposto pelo liberalismo mundial do século XIX.

Nabuco atribuía à influência escravista o caos social que ele reconhecia aninhado pelo país como um todo:

Nas capitais de ruas elegantes e subúrbios aristocráticos, estende-se, como nos Afogados no Recife às portas da cidade, o bairro da pobreza [...] ao lado da velha casa nobre, que fora de algum antigo morgado [...] vê-se o miserável e esqualido antro do africano, como a sombra grotesca dessa riqueza efêmera e do abismo que a atrai⁵⁵.

A visão de sociedade perfeita seguramente não era aquela em que o negro

⁵⁴ CYPRIANO, Fábio. Museu conta o Brasil sobre a ótica do negro. In: **Folha de São Paulo**, 10 de outubro de 2004.

⁵⁵ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 149-150.

acabava contaminando, através de sua condição escrava, o seio da “nação”. Nabuco vira a sociedade europeia, em seu pleno apogeu civilizatório, durante o século XIX, estampando um modelo de cultura, e exigindo que as demais nações acompanhassem o desenvolvimento intelectual e civilizatório daquela sociedade. Nabuco dava certeza à classe letrada brasileira de que o cotidiano brasileiro estava indelevelmente marcado por uma cultura tida por “todos” como atrasada. Este era o problema da sociedade brasileira depender do trabalho forçado nas grandes cidades do país. “A realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa; a cujos olhos o trabalho foi sistematicamente aviltado”.

Além disso, a presença do escravo marcava e não deixava camuflar a desigualdade social brasileira; Porque se você adere ao discurso europeu você garante direitos à população, que de certa forma camuflam a desigualdade e geram riquezas. Assim como em nossos dias você não pode deixar que a população não tenha alguns benefícios. Pois ela precisa de algum modo estar incluída seja pelo consumo, pelo emprego etc.

A visão da escravidão com todos os seus contornos era algo que, na percepção de Nabuco, não era nem um pouco o que se esperava do Império Brasileiro. A elite não conseguia perceber que a inclusão do elemento racial negro na sociedade do país poderia ser prejudicial às posições de controle social da “nação” em vários setores organizacionais impunha-se a emergência de reformas na sociedade, porque o elemento racial negro era um fator que não podia ser negado pela sociedade, e sua assimilação poderia ser feita por meio de uma forma pacífica, isto é, por meio da abolição, ou então por meio de uma guerra servil, pela qual classes minoritárias poderiam tomar o lugar daquelas elites como detentoras do poder e como líderes da nação brasileira, o que colocaria o país, para sempre,

fora do modelo civilizatório europeu, que tanto almejavam.

A participação do negro na sociedade acabava por não deixar tranqüilo Nabuco quanto ao destino da “nação”, pois, para ele, o negro estava tomando lugar como um elemento daquela sociedade. Mesmo na sua condição de escravo, sua presença era sentida tanto na cultura quanto na arquitetura das ruas, ao qual as falências coletivas das pessoas que viviam do comércio de escravos já expunham o caráter social da sociedade. A intranqüilidade de Nabuco se baseava na falta de percepção do que estava acontecendo no cotidiano brasileiro; para ele, era necessário que a sociedade brasileira reagisse de dois modos: primeiro, com a libertação dos escravos; segundo, com a imigração européia para o país. Isto faria com que o negro, uma vez livre, não ocupasse os postos de trabalho do país. Pois os ex-escravos não corresponderiam às necessidades de desenvolvimento urgente da nação, igualmente uma raça de homens livres. Porque eles estavam rebaixados devido a escravidão não podendo ser trabalhadores que estivessem habituados a serem tratados como entes humanos livres.

Se em seus discursos Nabuco alentava a participação dos negros na construção do país, por outro lado ele deixava claro que a elite deveria reagir diante da influência da escravidão no país, pois, se estas construções davam significado de prosperidade à nação, Nabuco percebia a presença do africano que se fazia ser visto, a marca de um país possível habitante a compartilhar com ele o horizonte das grandes capitais brasileiras, em igual situação de controle e participação social.

Nabuco também fez alusão ao fato de que, no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, o ódio não se propagou entre, senhores e escravos. Isso, para ele, era um sinal de que o Brasil deveria se aproveitar disso e empreender uma reforma na sociedade,

começando com a eliminação do escravismo. O medo de Nabuco era compartilhar seu modo de vida com pessoas que deveriam ser livres, era porque a convicção cristã do mundo civilizado assim o desejava. Isto, no entanto, não significava que o negro deveria ser igual aos seus entes da elite. A face da sociedade não deveria mudar com vista a romper com os privilégios da aristocracia, mas sim através da exploração do trabalho, que propiciaria a manutenção do modo de vida da elite brasileira. A função do movimento abolicionista, para Nabuco, era a de não criar o ódio entre as classes: “Os abolicionistas, que querem conciliar todas a as classes [...] não pedem emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor...”⁵⁶.

O movimento abolicionista, tendo início, particularmente, em 1879, com o questionamento de Jerônimo Sodré⁵⁷, no que se referia à posse dos senhores sobre os ingênuos (filhos de escrava), até a idade de 21 anos representava uma nova postura da elite brasileira. No dizer de Nabuco, a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que libertava os recém nascidos no país, servira muito pouco, porque para ele deveria mesmo criar uma lei que libertasse definitivamente os escravos respeitando o princípio da inviolabilidade.

Esta lei foi consequência direta de outras duas. Primeiro, da lei de 4 de setembro de 1850, cujo decreto proibia o tráfico; lei esta que depois de executada, a elite procurava se esquecer da sorte dos escravos. E a segunda lei foi referente à utilização de escravos na Guerra do Paraguai, quando, a partir de 6 de novembro de 1866, todo “senhor” que enviasse alguns de seus escravos para a guerra receberiam títulos de nobreza, e os

⁵⁶ NABUCO, Joaquim, *idem*, p. 112.

⁵⁷ O deputado baiano Jerônimo Sodré, ao criticar a Lei do Ventre Livre, em 5 de março de 1879, foi quem deu um novo alento às idéias abolicionistas, que ajudou Joaquim Nabuco a estruturar suas concepções sobre o Abolicionismo.

escravos ganhariam a liberdade, e até mesmo suas mulheres, se por acaso fossem casados.

Se a elite brasileira já pressentia o fim da escravidão no país, novas maneiras de se repensar a sociedade na época eram necessárias. Entre elas, as leis abolicionistas que serviam para corresponder às expectativas do mercado internacional e, por outro lado, não perder o controle do país. Uma destas leis foi a lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, que foi uma das primeiras intenções do governo brasileiro em satisfazer aos europeus e a elite escravocrata brasileira; dentre outras, esta lei tinha os seguintes artigos:

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nasceram no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

[...]

A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos⁵⁸.

Estes artigos revelavam que mesmo que os donos de escravos fossem obrigados a libertar as crianças recém-nascidas por decretação do governo imperial, eles tinham a plena opção ou de manter o “ingênuo” na senzala ou libertá-lo, recebendo por isso uma indenização. Para Joaquim Nabuco a lei significou um passo de gigante contra a escravidão. Esta foi a opinião de Nabuco, pela época quando escreveu *O abolicionismo*. No livro *Retrato em branco e negro*, Lilia Moritz escreve que a lei deu apenas uma pequena

⁵⁸ NEQUETE, Lenine. **Escravos e magistrados**. Brasília: Ministério da Justiça/Fundação Petrônio Portella, 1988. p. 151.

concessão no que se refere ao poder da elite junto aos escravos⁵⁹.

Justamente porque a lei dava essa alternativa ao senhor de libertar o ingênuo ou não; e que na maioria das vezes, ele optava por manter a criança em seu poder, porque isso era menos oneroso do que procurar as autoridades e receber a indenização. Normalmente, o “ingênuo”, na medida em que crescia, ficava cada vez mais caro, e se um dia quando este era pequeno, ele poderia ser resgatado por uma “ninharia”, quando rapaz, seu preço era exorbitante, não podendo ser comprado por ele próprio. Embora a lei também facultava o direito de acúmulo do pecúlio pelo escravo para pagar sua liberdade⁶⁰. Geralmente, não sobrava tempo para o escravo vender sua força de trabalho a outro senhor, nas “horas vagas”.

Outro aspecto da lei foi a criação de um Fundo de Emancipação, pelo governo, mas que segundo Lília Moritz teve poucos efeitos devido ao retardamento processual das províncias⁶¹. Assim, esta lei, ao contrário do que Nabuco afirmava, pode ter sido uma das primeiras motivações contra a escravidão, mas estas foram, sem dúvida, impulsionadas pela lei Áurea de 1888, e não serviram para alterar o caráter de exclusão da sociedade brasileira, mesmo o país se auto designando como democrático por ter libertado os escravos.

Estas duas leis, e mais a Lei do Ventre Livre, expunham o caráter da sociedade brasileira no Segundo Reinado, estas leis significavam que, mesmo que a vontade dos aristocratas no país fossem respeitada, o governo não tinha como enfrentar as pressões de outras nações, o que acabava influenciando na vida social do país. Assim, quando a Lei do Ventre Livre foi decretada, o país, por intermédio do governo, tendia a não se pronunciar

⁵⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 36.

⁶⁰ NEQUETE, Lenine. **Escravos e magistrados**. p. 153.

⁶¹ Idem, p. 36.

por causa da confusão social feita pelos escravocratas, que não queriam a liberdade dos “ingênuos”. O conflito entre ganhos com cumprimento de leis (como libertar para a guerra e ganhar títulos) e a revolta com a liberação dos filhos (Lei do Ventre Livre) mostrava que se a Abolição acontecesse (como aconteceu) só poderia ser aceita porque as trocas garantiriam privilégios aos escravocratas e à elite governamental.

Nos dias de hoje, às datas cívicas que se remetem à escravidão, ingressam também outros grupos sociais, dando o aspecto nacional, ao qual toda a sociedade se lamenta do ocorrido. Assim muitas vezes, esse problema “sentido” por todos, serve apenas para não ver o negro como uma pessoa ainda discriminada.

No livro *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Robert Conrad explica que a década de 1860 foi de muita importância na questão da emancipação dos escravos em todo o mundo⁶². A libertação de escravos nos impérios português, francês e dinamarquês, bem como a libertação dos servos russos, em 1861, e a Guerra civil estadunidense, repercutiram enormemente na nação brasileira⁶³.

Para Nabuco, o movimento abolicionista não deveria provocar rebelião entre os escravos; sua intenção, em relação ao movimento, era no sentido do conciliamento entre as classes, para que o escravo ficasse pacificamente esperando até que a moral da elite brasileira evoluísse. Assim, enquanto o movimento abolicionista trabalhava junto aos homens da elite. Primeiramente, sua voz também era sentida pela comunidade escrava, através da idéia da cooperação com seus donos, para evitar suas mortes, e a elite estar

⁶² CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888**. 2ª. ed. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁶³ Conrad (op cit, p. 89) afirma que a guerra civil estadunidense significou uma tomada de consciência sobre o problema da escravidão em toda a América, com a ratificação da Décima Terceira Ementa, a Constituição, após o conflito. Criticando abertamente os países americanos que ainda tinham a escravidão em suas sociedades.

preparada como uma sociedade democrática, para dar o título de cidadão aos escravos, através da liberdade.

Enquanto Nabuco discursava no Parlamento, as divergências no país se acirravam. Ele achava que a questão dos escravos tinha de ser resolvida com os homens da elite, que por pedir mudanças na economia brasileira, a partir do final da escravidão, estas mudanças deveriam ser o resultado de um acordo mútuo entre os seus pares, que deveriam permanecer no poder, com a inclusão do trabalho livre no país. Nabuco via nas primeiras experiências bem sucedidas com a imigração como algo de bom para depois do fim da escravidão⁶⁴.

Na verdade, Nabuco instigava a elite a mudar suas estratégias para se manter no poder, de certa forma pacificar as insurreições e se manter no mercado internacional: “A grandeza internacional do Brasil será tanto maior quanto mais preponderante for a sua posição na política americana [...] e por ela nós participaremos dessa “elite” política que exprimirá os profundos desígnios da civilização”⁶⁵.

No dizer de Nabuco, essa “corrente” de opinião sobre a emancipação dos escravos seria a principal fonte de moralização no país, que poderia ajudar na sustentação ideológica dos homens públicos do país, corrompidos devido à herança escravista de seus antepassados.

Como a escravidão no país era o maior mal da nação, seria importante que as divergências políticas não atrapalhassem a inclusão do país no trabalho livre. Era

⁶⁴ As experiências no Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande relativas à inclusão de uma mão de obra que não a de escravos, mas sim com a imigração européia, na opinião de Nabuco, mostrava que um sangue novo nas veias do povo serviria para acabar com os vícios da escravidão. Para ele, a suavidade do clima e o trabalho em terras virgens abriria horizontes mais promissores do que o trabalho escravo (Cf. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 147).

⁶⁵ Graça Aranha, apud NABUCO, Joaquim, idem, p. 38.

necessário formar essa prática comum e desvencilhar dos hábitos escravistas, porém, isso se prolongou por algum tempo, até mesmo se promoveu uma certa repressão e controle sobre a sobrevivência dos trabalhadores livre do fim do século XIX e início do XX.

A elite estava perdendo suas propriedades no campo para os especuladores, que se apoderavam de suas propriedades devido às dívidas contraídas por causa do contrabando de escravos. Este era mais um sinal para Nabuco, de que o escravismo social brasileiro era fomentado por uma classe de homens indesejados que contribuíam para que houvesse a ruína moral e econômica da elite.

Devido a uma relação mais próxima do homem com a terra, as famílias dos poderosos utilizavam o solo de suas fazendas até que estes se extenuassem suas propriedades químicas, e não servindo mais para o cultivo. E as outras gerações desses senhores eram incentivadas por seus pais, a procurarem terras férteis para o cultivo. Isso, para Joaquim Nabuco, ocasionava uma fragmentação classista da elite no poder, porque não havia mais uma relação perpétua do proprietário em relação à terra herdada de seus avós. Todo o incentivo para as futuras gerações de senhores era no sentido de explorar a terra sem se preocupar com as conseqüências futuras.

O medo de o país entrar em uma guerra civil por causa da grande instabilidade econômica interna embasava-se, particularmente, na falta de perspectiva tanto dos moradores do campo como das cidades. Temia-se, pois, as falências dos senhores no campo, o que oportunizaria a vinda, para as capitais, de uma grande quantidade de

despossuídos, que viviam atrelados ao poder rural⁶⁶.

Para Joaquim Nabuco, as diferenças sociais da cidade e do campo, devido ao escravismo, atrapalhavam o organismo social brasileiro no seu desenvolvimento civilizatório: “O progresso e crescimento da capital contrasta com a decadência do interior [...]. Com a escravidão não há centros locais, vida de distrito, espírito municipal; [...] a aristocracia que possui a terra não se entrega a ela...”⁶⁷.

Para Nabuco, o principal problema da sociedade brasileira era o poder agregado da minoria aristocrática, que impedia a formação de núcleos de desenvolvimento social embasados em outra forma de trabalho que não a forma escravista de produção. Somente com a revisão destas questões pela sociedade é que o Brasil poderia adentrar nas motivações nacionalistas de Joaquim Nabuco.

Embasado no sentimento de patriotismo, a escravidão constituiria o atraso social porque assim se justificaria o discurso da mudança na busca pela abolição.

Para que a sociedade brasileira não entrasse em declínio irreversível, seria necessário que providências fossem tomadas pela classe dirigente brasileira.

Por conseguinte, os ideais *elevados* de pátria seriam construídos por meio da reestruturação de uma pátria destinada a ser grandiosa somente com o despertar de uma consciência abolicionista que, segundo Nabuco, “...poderia fundar a pátria que Evaristo sonhou”⁶⁸.

Veiga, que fora um dos patriarcas da Independência, dizia que uma pátria seria

⁶⁶ As falências já eram sentidas principalmente no campo, dando a característica de proletariado em setores antes dominado pelas relações de tutela e favor; isso causava uma fragmentação classista, o que oportunizava a ascensão de elementos não pertencentes à elite.

⁶⁷ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 149.

⁶⁸ NABUCO, Joaquim. *Idem*, p. 61.

respeitada “...não tanto pela grandeza de seu território como pela união de seus filhos”⁶⁹. Portanto, os filhos da mãe pátria, mesmo desunidos por concepções políticas diferentes, deveriam se unir para o “bem da nação”, por intermédio da herança de sua mãe pátria, que os condicionava a serem o “povo da nação”. Essa pátria, para Evaristo, também tinha de ser respeitada, igualmente, “...não tanto pelas leis escritas, como pela convicção da honestidade e justiça do seu governo”⁷⁰. Nesses termos, o governo poderia fechar os olhos para as distorções feitas nas leis escritas pela elite, porque a convicção desse “povo de Deus” da nação lhes dava a certeza de suas posições sociais e, portanto, poderiam modificar as leis quando e como quisessem. E por último, esta pátria deveria ser respeitada: não tanto pelas instituições deste ou daquele molde, como pela prova real de que essas instituições favorecem, ou, quando menos, não contrariam a liberdade e desenvolvimento da nação⁷¹.

Com isso, o significado de pátria no século XIX, segundo esta definição proposta por Veiga, mostrava que a escravidão, não correspondendo mais aos anseios liberais dos primeiros revolucionários que ajudaram na organização do país, deveria ser eliminada; assim, o valor da instituição escravocrata ficara cerceado quanto à sua utilização, e o negro, agente principal do sistema escravista, como indivíduo introduzido no país somente para ser escravo, seu valor enquanto ente humano ficara em segundo plano, porque desde as primeiras elaborações ideológicas na nação brasileira, o negro não foi visto como um integrante da sociedade brasileira parte da nação e nem enquanto homem digno de direitos.

Com isso, o negro, após a abolição, adquiriria a condição primeiramente de

⁶⁹ Idem , p. 57.

⁷⁰ Ibidem, 57.

⁷¹ NABUCO, Joaquim. O **aboliconismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 57.

homem, e uma vez tendo sido elevado a essa condição, não impediria mais o país de entrar em um processo democrático, no qual todos detêm direitos iguais. Como os negros ficariam nessa sociedade livre era algo que Nabuco não se preocupava, mesmo reconhecendo que o ex-escravo estaria despreparado para o trabalho livre, necessitando, a priori, de uma adequação à nova realidade do mundo em transformação. Mas Nabuco tinha a resposta para essa questão. E ela viria por meio da imigração européia, o que substituiria a mão de obra escrava nos postos de trabalho. Portanto, se anteriormente sua condição era de escravo, após a abolição ainda carregava o estigma de sua ex-condição, e não seria uma lei que mudaria este panorama de um momento para outro, o negro teve que buscar o seu lugar no meio social. Assim como hoje a profissionalização, é tido como uma possibilidade de inclusão e vida melhor. Assim, em entrevista como a da Sra. Silvana, que diz: “...espero ainda conseguir alguma coisa ainda, através dos estudos... nunca é tarde pra gente conseguir, é algum objetivo que a gente que na vida...”⁷²

Com a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, o país seria delineado estruturalmente por meio do código civil brasileiro, alicerçados pela Constituição de 1824, que conferiam amplos poderes aos cidadãos ativos da sociedade. Cidadãos que herdariam o país com bases nas suas posses escravas ou materiais. Então, segundo este código civil:

Eram, pois, cidadãos brasileiros todos aqueles que reuniam dois “caracteres” fundamentais: a nacionalidade e a liberdade. E eram “estranhos”, ou não-cidadãos, aqueles que não possuíam tais “caracteres”, os estrangeiros e os escravos⁷³.

Assim, durante todo o Primeiro Reinado, na opinião de Mattos, “um escravo não deveria nem mesmo ser considerado uma pessoa ou um ser humano pela elite dos

⁷² Silvana Aparecida de Lima, *idem*.

⁷³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O império da boa sociedade**: a consolidação do Estado Imperial Brasileiro. São Paulo: Atual, 1991. p. 14.

tempos de Nabuco, ele deveria ser mais considerado como uma coisa”⁷⁴. A idéia da abolição se verificou na medida em que o mundo se transformava, exigindo uma modernização das técnicas de produção devido às exigências do mercado internacional. As próprias elaborações de pátria daquela época, propostas por Veiga, impunham a certeza de que a instituição chamada escravidão só seria útil enquanto atendesse ao desenvolvimento econômico da nação. E como isto não estava mais acontecendo pela época de Nabuco, a escravidão deveria se acabar, ocasionando uma mudança sócio-econômica no cenário brasileiro, que não privilegiaria o negro ou ex-escravo e sim com a inclusão do trabalho livre no país.

No Brasil, o movimento abolicionista não tinha conotação religiosa, pois, para Nabuco, infelizmente, a Igreja, enquanto instituição do país, não cumpria seu papel designado pelo sacerdócio, impedindo os leilões de escravos na sociedade brasileira; os escravos iam nos sacerdotes da Igreja apenas alguém que os pudesse comprar e os senhores viam nestes sacerdotes as últimas pessoas que os condenariam, simplesmente porque os conventos eram mantidos por escravos.

O abolicionismo se fazia necessário na sociedade brasileira, não por motivos, segundo Nabuco, “de humanidade, compaixão e defesa generosa do fraco e do oprimido”⁷⁵. O abolicionismo que se impunha na alma da elite brasileira deveria ter as características de movimento político, que libertaria o país da dependência do regime escravo.

A elite brasileira, acostumada a privilégios, não conseguia desenvolver outra forma de obtenção de lucro que não fosse com o motor de desenvolvimento com a exploração sistemática do solo, cujo lucro, no dizer de Nabuco, destinava-se a gastos na

⁷⁴ Idem, p. 14.

⁷⁵ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 67.

cidade ou para aformosear seus solares.

Os entrevistados, a exemplo da Sra. Ana e do Sr. Dionísio, sempre mencionam o termo fazenda para lembrar de sua infância; isso demonstra que o poder dos fazendeiros ainda era vigente no início do século XX, mostrando o poder agrícola em inícios do século XX.

O Brasil tentava se adequar ao que se propunha, pelas outras nações, mas como o país estava intrinsecamente ligado à dependência do escravismo, a assimilação dos projetos de libertação dos escravos se deu de maneira lenta. O país não se entendia, principalmente no que se referia aos direitos políticos e administrativos entre a monarquia e os escravocratas. Acostumados a terem suas economias movimentadas pelo trabalho escravo, as divergências internas eram um sinal de inquietação e reapropriação de valores da sociedade brasileira (elite), que só cederia diante das leis abolicionistas na medida em que seu modo de vida ficasse resguardado diante das mudanças drásticas na economia nacional. Com isso, não eram apenas pressões externas que traziam mudanças, mas igualmente conflitos internos exigiam uma reação.

Se o campo simbólico serviu como sustentáculo dos valores morais da elite no poder⁷⁶. Na verdade, a sociedade brasileira só conseguia pensar em avanço civilizatório a partir de concepções pré-estabelecidas desde os primeiros anos de Independência do Brasil. Portanto, uma nova herança ideológica se formava no Brasil, de cunho (mesmo) mítico; pois os escravos que ajudaram no processo de independência com a intenção de serem beneficiados não encontraram resposta no cunho ideológico já formado pelos líderes da

⁷⁶ Chauí deu o nome de semiófaros ao conjunto de referências simbólicas que são utilizadas pela elite dominante para manter o controle da elite sobre as massas; assim, nomes, datas e lugares históricos serviram para unificar o pensamento da população, evitando revoltas.

nação. Se as bases ideológicas da “nação” eram fragmentadas pela influência portuguesa, elas não serviram para incorporar o negro no cenário brasileiro. Por isso, era tão difícil que o Brasil eliminasse a escravidão e a cultura escravocrata de sua sociedade.

Ideologicamente, o abolicionismo era fragmentado por questões mais concretas de como adequar uma sociedade a séculos acostumada com o trabalho escravo e ver na perspectiva de mudança algo bom. Com isso, o escravo ficava a mercê de uma ideologia de manutenção de mercado pela elite brasileira, por meio da concepção de que uma sociedade para ser próspera deveria ser por intermédio do trabalho escravo e ao mesmo tempo significando atraso e prejuízo econômico.

Nabuco via no conciliamento da elite a melhor maneira de se resolver o problema da escravidão no país. Para ele, o passado escravocrata da nação deveria dar lugar a novas propostas do liberalismo mundial, que pediam uma sociedade livre em todos os aspectos, e com uma mão de obra mais adequada ao trabalho livre.

Assim, quando Nabuco, dentre outros, idealiza o fim do regime escravo no país, este deveria ser feito exclusivamente pela elite, ao qual deveria entender que a instituição escravocrata não mais representava o desenvolvimento progressista de uma “nação”, como o fora anteriormente, e principalmente colocava em risco a permanência dessa no poder.

A tendência da intelectualidade brasileira de se apropriar dos valores culturais das classes despossuídas era uma tendência que servia para dar a explicação necessária diante dos fatos sociais, impedindo a ascensão social das classes minoritárias e, ao mesmo tempo, apelando para o sentido de que as ações são para o todo e não para um grupo, tentando camuflar sua verdadeira intenção.

Em muitos aspectos, Nabuco deixa transparecer seu ideal de “nação” para a sociedade brasileira; por exemplo: a imigração européia, primeiro porque, no seu dizer, traria uma mão de obra acostumada ao trabalho livre e, depois, porque a influência do componente racial europeu acabaria por eliminar da sociedade o elemento racial negro por intermédio da miscigenação. Não era apenas o negro que era indesejado para colocar o país junto às nações mais civilizadas do mundo. Segundo Nabuco,

O principal efeito da escravidão sobre nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como o principal efeito de qualquer grande empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo⁷⁷.

Nabuco havia dito isso depois que os políticos no país sugeriram a imigração chinesa para substituir o negro no campo, após uma possível abolição da escravatura no país. A influência do negro no país era tutelada porque, na concepção de Nabuco, o negro já era parte intrínseca do organismo social brasileiro. E se os chineses fossem também incluídos na nação o Brasil, acabaria por estar fora definitivamente do modelo de civilização européia defendido pelo liberalismo.

Até o fim de sua vida, Nabuco quis que o Brasil se tornasse uma grande potência monárquica. Se seus planos não se concretizaram, devido aos desdobramentos políticos, com a Lei Áurea, em 1888 e com a Proclamação da República em 1889. Esta última acabou com os sonhos de uma classe intelectualizada de manter o país atado a convenções políticas de um cunho monárquico inseridas no país pelos portugueses. Até a data de sua morte, Joaquim Nabuco pôde ver o país se transformar de Monarquia para República. Mas o que mais se pode verificar nas lutas do movimento abolicionista compreendido por Nabuco foi a manutenção do poder nas mãos da elite brasileira. E mais

⁷⁷ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. p. 136.

uma vez os grupos minoritários estavam a mercê do mando e do desmando dos poderosos, e conflitantes com estes, mesmo que o país já tivesse libertado seus escravos, a inclusão era algo que a vivência não comprovou tão aberta e rapidamente.

O dia a dia é uma luta por pertencer e se tornar sujeito social com suas práticas e valores é na disputa social que se constrói a sociedade.

Nem a elite se impõe soberana, nem o povo se liberta de todas as amarras; porém, é neste convívio que tramas, conquistas e entraves se colocam, permitindo se repensar a sociedade e transformá-la.

CONCLUSÃO

A utilização da fala de pessoas comuns da sociedade deu uma perspectiva da melhoria e entendimento do projeto em si. Suas dificuldades de vida, mostrando o quanto estas pessoas sofreram, e ajudaram para que eu próprio entendesse qual a percepção de pessoas simples sobre a realidade brasileira. Isto sem dúvida alterou minha maneira de pensar socialmente a partir do entendimento de que não é apenas o conhecimento acadêmico que serve como base para se viver em sociedade, e sim o conhecimento empírico tanto do entrevistador quanto dos entrevistados, percebidos por meio da relação que ambos constroem no contexto da pesquisa.

O conhecimento dessas pessoas se mostrou rico devido à complexidade mostrada por sentimentos e inadequações diante da vida, para se extrair um pouco de compromisso destes para o que se propunha, foi necessária a percepção de suas limitações. Assim, entender o significado de suas vidas fez com que se pudesse entender o significado sob o ponto de vista da elite, tanto após a abolição como nos dias em que esta era mantida pelo escravismo. Com isso, as entrevistas puderam dar luz ao que se propôs o projeto, elucidando as relações de domínio e servidão, seja a 300 anos atrás ou nos dias atuais.

Ao se analisar a contribuição social de homens da elite letrada como era Joaquim Nabuco no século XIX, nota-se que o país já não comportava, mas estar fora do que se propunha para a civilização ocidental. Se houve uma valorização de Nabuco como abolicionista, isto se deveu a sua condição de homem ilustre da época em que discursava na Câmara, representando a elite. Outros homens negros ou mestiços, como Luiz Gama e André Rebouças que lutaram contra a escravidão não têm a mesma relevância política e

ideológica para a sociedade brasileira que ainda se ressentia da valorização de outros segmentos sociais, do que aqueles implantados no Brasil pela herança portuguesa.

Se Nabuco é lembrado como um herói abolicionista, isto, sem dúvida, foi devido a fatores étnicos e classistas. Porém, isso nos instiga a pensar as afirmações oficiais que ficam e como isto foi e é vivenciado na nossa sociedade.

Nos dias de hoje a realidade do negro enquanto indivíduo de uma sociedade democrata, passa por vezes, por constrangimentos, devido ao racismo da sociedade brasileira, por reminiscências do escravismo. Ele tem de lutar para obter algum reconhecimento enquanto sujeito social. Assim como nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, vemos que os sonhos e desejos dos entrevistados ainda se esbarram na falta de oportunidade e qualidade de vida devido a sua origem humilde⁷⁸. Misturam expectativas e realidade, re-elaborando seus viveres. O que se propôs nesta pesquisa foi mostrar que tanto na época de Joaquim Nabuco, como posteriormente a vida do negro ficou segregada e enfrentou fortes discriminações. Se anteriormente a elite possuía escravos, agora ela possui mão-de-obra barata e sobrando, que faz com que muitos negros, pardos e mulatos componham um arcabouço de homens, mulheres e crianças vivendo nos limites da sobrevivência. Assim, a disputa social permanece pela busca ao acesso a uma melhor qualidade de vida e dignidade.

Creio que a contribuição desta pesquisa seja no entendimento do que é ser negro no Brasil, a diversidade de caminhos seguidos pelos negros e de como as intenções de Nabuco sempre se esbarram nas definições da sociedade perfeita, européia, ao qual

⁷⁸ PORTELLI, A. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução de Maria Terezinha Janine Ribeiro. In: **Projeto História São Paulo**. São Paulo, EDUC, n. 10, dez 1993, p. 41-58.

ainda nos nossos dias ainda comprovamos em nossa sociedade os estigmas de igualdade e civilização que velam a marginalização e a disputa do pertencer à sociedade.

FONTES ORAIS

LIMA, Silvana Aparecida de. Entrevista cedida em 4/11/2004. Uberlândia. 38 anos, moradora do bairro Planalto.

OLIVEIRA, Dionísio Fernandes. Entrevista cedida em 4/11/2004. Uberlândia. 84 anos, morador do bairro Planalto.

PEREIRA, Otacílio Miguel. Entrevista cedida em 9/10/2004. Uberlândia. 80 anos, morador do bairro Tancredo.

RAMOS, Ana Martins de Oliveira. Entrevista cedida em 4/11/2004. Uberlândia. 71 anos, moradora do bairro Planalto.

FONTES

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cartas trocadas entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco Pintam o Universo mental do país em um momento decisivo de sua modernização.

FOLHA DE SÃO PAULO - Caderno Mais. 11 de Julho de 2004.

CERDAN, Marcelo Alves. **Praticando a liberdade**: um estudo sobre resistências escravas em Itu (1850 – 1873). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

CIÊNCIA HOJE. A cor da morte. In: **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v; 35, n. 209, out. de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Mais**, 10 de outubro de 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Mais**, 27 de junho de 2004.

GIRON, Luís Antonio. O Brasil é colônia. In: **Revista Época**, Editora Globo, n. 330, de 13 de setembro de 2004.

HISTÓRIA E ENERGIA. Light e a Revolução de 24. São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico / Eletropaulo, no. 4. set. 1987.

PINHEIRO, Daniela. A classe média negra. **Revista Veja**. São Paulo, ed. 1011, ano 32, n. 33, 18 agosto de 1999.

RANCIERE, Jacques. A Carta de Bode Expiatório. **Folha de São Paulo**. 30/06/1996.

SILVA, Glênio de Oliveira da. **O negro no mercado de trabalho em Uberlândia.**

Monografia apresentada na UFU em setembro de 1996, Departamento de Economia.

VEJA. A classe média negra. In: **Veja**, Editora Abril, edição 1011, ano 32, n. 33, 18 de agosto de 1999.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 1989.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil.** 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da Costa. **Da monarquia à República:** momentos decisivos. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viottida. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 3ª. edição. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder:** Formação do Patronato Político Brasileiro. 5ª. edição. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** O legado da raça branca. 3ª. edição. São Paulo: Ática, 1978.

FREIREISS, Georg Wilkelm. **Viagem ao Interior do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. ITATIAIA; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil, 1500, 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O império da boa sociedade: a consolidação do Estado Imperial Brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Oueiros. **Ser escravo no Brasil**. 3ª. edição. São Paulo; s/e, 1995.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Porto Alegre: Editora Paraula, 1995

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Editora Três, 1974.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977.

NEQUETE, Lenine. **Escravos & magistrados no 2º reinado: aplicação da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1988.

PORTELLI, A. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução de Maria Terezinha Janine Ribeiro. In: **Projeto História São Paulo**. São Paulo, EDUC, n. 10, dez 1993, p. 41-58.

SHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento do brasileiro**. Tradução de Raúl de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Ubaldo. **Os Louros do Brasil a Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949. Coletânea organizada por Ubaldo Soares.

ANEXO

DECLÍNIO DE POPULAÇÕES ESCRAVAS, DE JUNHO DE 1885 ATÉ MAIO DE 1887

<i>Província</i>	<i>Junho de 1885</i>	<i>Mai de 1887</i>	<i>Percentagem do declínio</i>
<i>Extremo Norte</i>			
Pará	20.218	10.535	47,9
Maranhão	31.901	33.446	0,0
	52.119	43.981	15,6
<i>Nordeste</i>			
Piauí	15.498	8.970	42,1
Ceará	—	108	0,0
Rio Grande do Norte	7.209	3.167	26,0
Paraíba	18.824	9.448	49,8
Pernambuco	72.370	41.122	43,1
Alagoas	25.046	15.269	39,0
Sergipe	24.325	16.875	30,2
Bahia	132.822	76.838	42,1
	296.094	171.797	42,0
<i>Oeste e Sul</i>			
Mato Grosso	4.816	3.233	32,8
Goiás	7.788	4.955	36,4
Paraná	6.836	3.513	48,9
Santa Catarina	8.221	4.927	40,0
Rio Grande do Sul	27.242	8.442	69,0
	54.903	25.070	54,3
<i>Centro-Sul</i>			
Minas Gerais	276.275	191.952	30,5
Espírito Santo	19.762	13.381	32,2
Rio de Janeiro	250.896	162.421	35,2
Município Neutro	29.909	7.488	74,9
São Paulo	153.270	107.329	29,9
	730.112	482.571	33,9
TOTAIS	1.133.228	723.419	36,1

Fontes: *Relatorio do Ministerio da Agricultura*, 14 de maio de 1886; *ibid.*, 4 de maio de 1888, página 24.